

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS - MANUTENÇÃO OU
DECLÍNIO?**

**Monografia Submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina
CNM 5420 – Monografia.**

Por: Luís Henrique Menozzo

Orientador: Professor Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia Política

Palavras-Chaves: Estados Unidos, hegemonia, poder.

Florianópolis, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Luís Henrique Menozzo na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor Helton Ricardo Ouriques

Orientador

Professor Pedro Antônio Vieira

Membro

Professor Lairton Marcelo Comerlatto

Membro

**Dedico este trabalho aos meus pais,
Luiz e Cleire, pelo empenho e oportunidade
e ao meu filho, Leonardo, pelo grande aprendizado.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas e professores do curso de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina que muito contribuíram ao longo desta jornada.

Ao professor e amigo Helton Ricardo Ouriques, pelo apoio, orientação e atenção despendidos durante toda a realização deste trabalho.

Aos amigos e familiares que sempre estiverem ao meu lado neste caminhar.

Aos meus pais que foram os grandes responsáveis por este ensejo.

A meu filho Leonardo que mostrou grande compreensão para realização desta tarefa.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS.....	V
LISTA DE ANEXOS	VI
RESUMO	VII
1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos	13
<i>1.1.1 Objetivo Geral.....</i>	<i>13</i>
<i>1.1.2 Objetivos Específicos.....</i>	<i>13</i>
1.2 Metodologia	14
2. A TESE DA HEGEMONIA	16
3. TESE DO DECLÍNIO.....	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Gastos militares das grandes potências.....36

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Gráfico aumento dos gastos Militares dos EUA.....	40
---	----

RESUMO

MENOZZO, Luís Henrique. **A hegemonia dos Estados Unidos - manutenção ou declínio?** 2008 f.39. Monografia - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

A posição de destaque ocupada pelos Estados Unidos no cenário mundial fez com que esse país estivesse no centro da atenção mundial. Sob olhares do mundo todo, surgiram inúmeros estudos e pesquisas relacionados ao modo como essa posição de destaque se sobressaiu, a forma como esse destaque surgiu no mundo contemporâneo e o modo de atuação atual. Assim a partir da década de 1970 essa configuração começou a ser estudada no sentido da hegemonia mundial. Inúmeras teses e autores acerca deste assunto foram escritos e tem sido de grande relevância para um melhor entendimento do poder americano em questão. Neste sentido o propósito central deste trabalho é fazer uma revisão de alguns autores que elaboraram estudos acerca da hegemonia norte-americana. Para tanto primeiramente foram expostos argumentos e opiniões de diversos autores em uma exposição geral sobre o modo com a história desse país surge no cenário mundial, como esse país transformou-se nesse grande poder mundial e como este poder age atualmente segundo a visão de cada um deles. Após esses relatos, as diferentes formas de ver e entender essa temática foram aqui divididos em duas grandes correntes de pensamento, a daqueles que defendem uma posição ainda hegemônica dos Estados Unidos e a corrente daqueles que não concordam com essa opinião, que acreditam no declínio do poder norte-americano. Defendidas e expostas as diferentes opiniões acerca da questão da hegemonia ou não dos Estados Unidos, encerra-se o estudo com um posicionamento favorável as teorias da hegemonia, juntamente com o modo de pensar o problema em questão e alguns argumentos que embasaram tal conclusão.

Palavras-chave: Hegemonia, Estados Unidos, poder.

1. INTRODUÇÃO

A posição de destaque ocupada pelos Estados Unidos desde o fim do século XIX no cenário mundial fez com que esse país estivesse no centro da atenção mundial. Neste panorama, o destaque norte americano abrange inúmeras áreas, entre elas, a econômica, política, geográfica. Sob olhares do mundo todo, surgiram inúmeros estudos e pesquisas relacionados ao modo como essa posição se sobressaiu, a forma como esse destaque surgiu no mundo contemporâneo e o modo de atuação atual.

Nesta conjuntura, alguns trabalhos foram realizados sobre o surgimento desse país como destaque, a construção histórica dessa nação. Dentro dessa ótica Fiori (2004) argumenta que o surgimento dos Estados Unidos acompanha o modo europeu de estados e economias nacionais, que a “história dos EUA não constitui uma exceção em relação ao modelo de estados e economias nacionais européias” e que o nascimento dos EUA é inseparável da competição e das guerras entre as grandes potências européias, ressaltando ainda que este “é impensável sem a intervenção decisiva do estado e das guerras americanas e sem o apoio inicial e permanente do capital financeiro inglês” (FIORI 2004 p. 67).

O desenvolvimento deste país na concepção de Fiori (2004, p. 71) foi de fato um caso pioneiro de “desenvolvimento a convite”. Desde o início de seu desenvolvimento os EUA apresentaram uma tendência expansiva, como os primeiros estados europeus que “nasceram na forma de “minotauros” - meio-estado, meio-império” (FIORI, 2004, p. 68).

A história dos Estados Unidos, desde 1783, quando terminou a guerra de independência contra a Inglaterra, é para Bandeira (2006b) “a história de sua expansão contínua, primeiro internamente, contra os índios e mexicanos, e depois externamente, como potência imperial”. O período que vai da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), chamado “A Época dos Impérios”, sinaliza para Bandeira, a busca das potências industriais por espaços econômicos em outros continentes.

Neste cenário que os Estados Unidos começaram a viver a fase de expansão, a partir da guerra contra a Espanha, em 1898. Os EUA fizeram a guerra contra a Espanha para conquistar o que restava do império colonial espanhol. Naquele conflito, os

americanos ainda conseguiram incorporar Cuba, Filipinas, Guam e Samoa. A partir daí começou para Bandeira (2006 b) “a formação do império americano, a fase da exportação de capitais”. “Hoje, depois da queda do comunismo e da ascensão de George W. Bush, os americanos proclamam abertamente sua condição de império. E são mesmo”.

Outro autor, David Harvey, em *O novo imperialismo* ressalta a posição dos Estados Unidos depois da II Guerra como à potência mais dominante, inegavelmente. Eram líderes de tecnologia e produção, sua moeda - o dólar, reinava supremo e o poder militar era infinitamente superior. A União Soviética, até então seu único oponente, era bastante inferior nestes setores. Após esse momento, os EUA apresentaram-se, externamente, como os maiores defensores da liberdade e da propriedade privada, buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, com bases capitalistas, evidentemente. Os EUA passaram então a manter relações privilegiadas de “comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta - essas foram, as principais armas de controle mundial”. Para manutenção e suporte dessa posição foram criados o acordo de Bretton Woods, o FMI, o GATT, a OCDE, afim de “coordenar o crescimento e desenvolvimento capitalista a todo resto do mundo não capitalista” (HARVEY, 2004, p. 52).

O desempenho dos Estados Unidos na supremacia econômica mundial se estabeleceu, sobretudo, após as duas grandes guerras. A partir de 1970, quando houve uma diminuição do poderio mundial norte americano, muito vem sendo dito e escrito sobre a questão da sua hegemonia mundial.

Assim no início da década de 1970 Charles Kindleberger e Robert Gilpin formularam a tese que mais tarde foi chamada de "teoria da estabilidade hegemônica". O mundo enfrentava as primeiras manifestações da crise internacional que se seguiu ao fim do sistema de Bretton Woods e à derrota dos Estados Unidos no Vietnã, e os autores estavam preocupados com a possibilidade de que voltasse a ocorrer uma crise como a dos anos 1930, por falta de uma liderança mundial. Kindleberger (1973) afirmou que o bom funcionamento de "uma economia liberal mundial necessita de um estabilizador e de um só país estabilizador" — um país que provesse o sistema mundial de alguns "bens públicos" indispensáveis para o seu funcionamento, como uma moeda internacional e o livre-comércio, ou da coordenação das políticas econômicas nacionais e da promoção de

políticas anticíclicas de eficácia global. A tese de Kindleberger se apoiava numa leitura teórica e comparativa da história do sistema capitalista. Gilpin (1987) acrescenta ainda que "a experiência histórica sugere que, na ausência de uma potência liberal dominante, a cooperação econômica internacional mostrou-se extremamente difícil de ser alcançada ou mantida". Kindleberger (1973) falava no início de uma "liderança" ou "primazia", mas com o passar do tempo um número cada vez maior de autores passou a utilizar o conceito de "hegemonia mundial".

É neste contexto que começam a surgir estudos sobre a questão da hegemonia norte-americana. Para Emir Sader (2005) “nada de essencial do mundo contemporâneo pode ser explicado sem uma compreensão minimamente adequada da hegemonia norte-americana”, mediante a forma com que essa hegemonia ganhou centralidade depois da desaparecimento do campo socialista no mundo. Sader (2005) ainda enfatiza que:

qualquer visão que subestime a importância dessa análise, ou que a desenvolva de forma excessivamente ligeira, subestimando a força da hegemonia dos Estados Unidos, pode contentar-nos com a lista de debilidades norte-americanas, mas contribui negativamente para a sua superação e para a construção do “outro mundo possível”, se não dá conta da capacidade norte-americana de ser a única superpotência atual no mundo.

Muitas vezes a temática sobre a hegemonia está atrelada à dominação que uma nação consegue impor no cenário econômico mundial. Arrighi (1996, p. 27) adota o conceito de hegemonia mundial como “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Salientando que este poder é superior e diferente de uma simples dominação.

Dominação pode ser vista neste sentido como algo fundamentado na coerção, e hegemonia como um poder conquistado, via uma capacidade superior de um grupo ou Estado dominante.

Assim para Arrighi, o que o mundo vivencia atualmente seria a “crise terminal” da hegemonia americana.

Alguns autores mostram-se favoráveis e outros não ao poder global, a hegemonia dos Estados Unidos, Bandeira afirma que o desaparecimento da URSS não favoreceu muito a democracia e o multilateralismo quanto se podia imaginar. Pelo contrário, as elites financeiras, políticas e militares nos EUA acreditaram “que a história havia chegado ao fim,

e pretenderam construir um sistema de dominação unilateral, incontestável, por cima do cartel econômico e político conformado com as outras potências industriais” (BANDEIRA, 2006, p. 555).

Já Wallerstein, acredita que a hegemonia americana está em declínio, que o poder americano não é mais “respeitado” e “seguido” pelo mundo, assim como Bandeira (2006) que argumenta “o império americano está em declínio e é um gigante com pés de barro”.

Para Harvey (2004), a hegemonia e o domínio dos EUA estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia “o que parece ter sido uma manobra autodestrutiva” dentro de sua lógica territorial do poder (HARVEY, 2004, p. 65).

Porém Harvey adverte que os EUA ainda detêm um grande poder - o artefato militar – e que com ele os EUA têm condições “de jogar a sua carta mais forte, se necessário coercitivamente”. Só que para isso não vão ter que sacrificar apenas “sangue precioso em troca de petróleo e da sustentação de uma hegemonia adoecida; eles podem ter de sacrificar também todo o seu modo de vida” (HARVEY, 2004, p 71, 72).

Eric Hobsbawm, um grande historiador contemporâneo, em entrevista a Folha de São Paulo sobre seu novo livro de ensaios, "Globalisation, Democracy and Terrorism" (globalização, democracia e terrorismo), afirma que o imperialismo norte-americano também está com os dias contados, "o mundo hoje é muito complicado para que apenas um país o domine". Para ele "a única certeza que podemos ter sobre a atual superioridade norte-americana é que ela será, para a história, apenas um fenômeno temporário, como foram todos os impérios." Segundo Hobsbawm, não há, nem nunca houve, espaço para uma só potência no planeta.

Em mais uma visão sobre o assunto James Petras acredita que “embora um certo grau de dispersão seja sinal de relações competitivas e complementares entre os poderes imperiais, nossa hipótese é que um poder central – EUA- domina mais setores que os outros blocos do poder” (PETRAS 2007 p. 11). Para ele a hegemonia imperial é estabelecida sobre a classe dirigente e seu aparelho estatal, não apenas pela persuasão ideológica, como afirmam muitos supostos “neo-gramscianos”, mas também, “por interesses econômicos e inimigos comuns compartilhados” e que o exercício do poder imperial não esta baseado na

“hegemonia”, mas ao contrário, na “força”, no controle “político organizacional” e na manipulação exercidos pelas elites político-econômicas locais vinculadas ao império.

Ainda nessa concepção o autor afirma que “violência imperial, não a hegemonia, desempenha o papel fundamental na desintegração de estados-nações e na criação de miniestados clientes do império”. (PETRAS 2007 p. 27, 32)

Para Petras (2007 p. 34) uma teoria da construção imperial deve levar em consideração “não somente o papel das corporações e bancos imperiais estatais e multinacionais – as forças móveis no centro do império, mas também os terroristas separatistas, gangsteres, democratas piedosos e clérigos profanos que operam nos “fundos” do império”.

Em uma outra esfera de autores, há os que acreditam que os Estados Unidos ainda detém um poder global ou uma hegemonia. Para Fiori (2004 p. 95) "os impérios não têm interesse em operar dentro de um sistema internacional; eles aspiram a ser o próprio sistema internacional". Fiori admite que os EUA passam por um período conturbado e que enfrentarão muitas e crescentes dificuldades nos próximos anos para manter o controle global político e econômico, contudo “não há sinais econômicos ou militares que estas dificuldades sejam parte de uma crise terminal”.

Emir Sader vê a hegemonia como uma relação de forças, adotando como argumento o fato de que neste momento não há nenhum país, ou outro poder qualquer, que possa ser uma ameaça contra-hegemônica ao poder dos Estados Unidos. Não há no mundo atual um movimento contra hegemônico capaz de mudar tal situação.

Tavares acredita em uma retomada da hegemonia norte-americana após a década de 1970 e mesmo que esta hegemonia seja de forma “maléfica e arrogante”, ela ainda existe.

O intuito deste debate de idéias é conseguir fazer uma explanação dos autores escolhidos acerca do tema do poder e hegemonia dos Estados Unidos, para ao final conseguir sustentar uma opinião que melhor reflita a atual situação econômica, política e financeira dos Estados Unidos e seu papel no cenário mundial atual, conseguindo distinguir com clareza as diferentes concepções acerca do estudo.

Os Estados Unidos tem um papel de extrema importância no cenário econômico mundial. Dos diversos estudos acerca dessa importância, muitos trazem à tona a questão sobre a hegemonia norte americana no aspecto geopolítico atual.

O propósito central deste trabalho é apresentar as considerações acerca das bibliografias referentes à hegemonia ou não dos EUA, conflitando as idéias dos defensores da tese da hegemonia com a daqueles que defendem a opinião do declínio.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Debater o papel dos Estados Unidos no capitalismo contemporâneo, discorrendo, sobretudo com a questão de potência hegemônica dominante, a caracterização dessa hegemonia hoje (se é que ela exista) seus rumos e possível decadência.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a formação do poder mundial dos Estados Unidos.
- Descrever a atuação dos Estados Unidos como potência hegemônica no cenário mundial atual.
- Caracterizar a tese da hegemonia.
- Caracterizar a tese do declínio.
- Responder a questão da existência da hegemonia, se esta existe, qual sua forma e modo de atuação hoje.

1.2 Metodologia

O método do trabalho se constituirá no estudo da questão da hegemonia norte americana no mundo contemporâneo, analisando as fontes que trazem dados a respeito do assunto. Para tanto o estudo será estruturado em revisões bibliográficas em torno de autores que estudaram essa questão relativa ao tema central de pesquisa.

Não se trata de um trabalho histórico acerca do tema proposto, mas de uma exposição de idéias, teses e teorias que tratam, sobretudo da atual posição de centralidade ocupada pelos Estados Unidos no cenário econômico mundial. Justifica-se essa opção pelo enfoque de atualidade que se quer dar ao assunto e até mesmo por questões de limitações que o próprio estudo (monografia) traz consigo.

Neste sentido, serão utilizados autores da Escola do Sistema Mundo, autores que se dedicaram a estudar a questão da hegemonia em diversas áreas e autores brasileiros que também tem contribuições importantes para o estudo deste panorama atual. Esses autores foram divididos em duas grandes teses, que serão denominados tese da hegemonia e tese do declínio, títulos atribuídos para poder separar autores conforme opiniões gerais. Assim optou-se por uma nomenclatura mais genérica, que absorve o ponto essencial da temática proposta.

Em busca de alcançar os objetivos propostos, primeiramente será necessária uma descrição detalhada do que hoje se pode afirmar ser a hegemonia norte americana, juntamente com a análise do cenário econômico em que essa soberania está inserida. Na busca de detalhar a questão da hegemonia, o Capítulo II então caracterizará a tese da hegemonia – denominada assim conforme já explicado, explicitando as idéias de José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares e Emir Sader, autores escolhidos por suas grandes contribuições acerca do estudo e afinidade com o trabalho central que se propõe.

Após a definição da tese da hegemonia será caracterizada a o que foi denominado - tese do declínio, Capítulo III, expondo os autores que concordam com essa teoria, enfatizando as opiniões de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Autores que foram escolhidos pelo grande respeito que se tem quando se fala sobre este tema e na intenção de analisar as diferentes linhas de raciocínio acerca do atual papel dos Estados Unidos.

Por fim, após a exploração do material de estudo tentará se responder à questão da manutenção da hegemonia ou tese do declínio, que será feito no Capítulo IV. Baseado nas bibliografias propostas será apresentada uma visão sobre a questão, fundamentado nos argumentos que justificarão a conclusão a respeito da atual geopolítica norte americana.

2. A TESE DA HEGEMONIA

Para discorrer sobre a tese da hegemonia será feito um relato das opiniões de alguns autores que corroboram dessa opinião, com grande destaque para José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares e Emir Sader. Neste sentido serão aqui apresentados dados e opiniões acerca do papel do EUA no cenário mundial recente, sobretudo a partir da II Guerra Mundial.

De modo genérico optou-se por intitular esse capítulo como tese da hegemonia para tentar refletir as opiniões dos autores dentro de um grupo, que aqui colocam-se com idéias similares acerca do tema.

Segundo Fiori (2005), apenas os Estados Unidos e a Inglaterra foram capazes de tentar impor seu poder e expandir as fronteiras das suas economias nacionais ao ponto de quase constituírem um império mundial. Para ele

esse processo deu um passo enorme depois da generalização do padrão-ouro e da desregulação financeira promovida pela Inglaterra na década de 1870. E deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão "dólar flexível" e da desregulação financeira promovida pelos Estados Unidos a partir da década de 1970. (FIORI 2005)

Fatos que não implicam necessariamente a constituição de sistemas hegemônicos, para Fiori (2005),

na história do sistema mundial só houve hegemonia de fato quando ocorreu coincidência ou convergência dos interesses e valores da potência ascendente com os das demais grandes potências transitória e derrotadas ou superadas pela escalada imperial dos dois únicos grandes vitoriosos dessa história: a Inglaterra e os Estados Unidos.

Além disso, o autor afirma que isso só ocorreu em momentos excepcionais de convergência, aí então é que se pode ao mesmo tempo falar de hegemonia e supor uma possibilidade da existência eficaz de regimes internacionais, com capacidade de sustentar ou regular algum tipo de governança mundial. Baseado nessas idéias é que o autor define alguns períodos como períodos hegemônicos limitando-os na história econômica “só se pode falar de uma verdadeira hegemonia mundial em dois momentos da história do sistema moderno: entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973” (FIORI 2005).

Como para a concepção do autor o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma “hegemonia capitalista benevolente” que durou até 1973, quando cedeu lugar a uma nova conjuntura não-hegemônica. (FIORI, 1998, p.107,108) Ele passa então a destacar as principais causas do que começa a marcar a crise da hegemonia americana: o rompimento dos acordos pactuados em Bretton Woods; o ressurgimento do conflito social na Europa; a fragmentação da sociedade e do *establishment* norte-americano; a derrota dos Estados Unidos no Vietnã; e os choques do petróleo impostos pela OPEP, que pôs fim ao regime energético em que sustentou, nas décadas de cinquenta e sessenta, o crescimento barato da economia mundial. (FIORI, 1998, p.108)

Porém o fim desse regime monetário não levou o sistema a nenhuma crise terminal. Pelo contrário, ascendeu à vocação imperial dos Estados Unidos, que passou então a acumular contínuos ganhos de poder com o novo sistema monetário do "dólar flexível". E com o desaparecimento da bipolaridade em 1991, desapareceu também a base ético-ideológica em que se fundara a cooperação entre as grandes potências capitalistas.

Na análise de Fiori, com o fim da URSS e da bipolaridade da Guerra Fria, desfizeram-se “os últimos medos que ainda intimidavam o Capital e poderiam justificar a reconstrução benevolente da hegemonia capitalista dos Estados Unidos” (FIORI, 1998, p. 124,). A partir de então, os Estados Unidos traçam novas estratégias de poder mundial, com uma visão unipolar do mundo, portanto, mais propenso a um poder de tipo imperial do que hegemônico.

Para Fiori (2005), a vitória americana sobre o “adversário socialista” e o fim da Guerra Fria marcam o nascimento do “novo império”, sustentado pelo poder das armas e no dinheiro. Nas armas, seu poder se manifesta com base numa nova forma de fazer guerra. No dinheiro com base em um novo sistema monetário internacional do “dólar-flexível”. Para ele “a década de 1990 talvez tenha sido o momento da história em que o sistema mundial chegou mais perto do seu limite imperial, dos pontos de vista político, econômico e ideológico”.

Neste sentido cabe-se destacar que para o autor é no âmbito dessa “dinâmica contraditória do sistema mundial” que se deve pensar o que foi, ou possa ser, uma situação de hegemonia e de governabilidade globais. “Um *hegemon* não pode ser nem nunca será

apenas um gerente funcional, nem tampouco uma forma ou função institucional que possa ser ocupada por qualquer tipo de governante coletivo”. Muito pelo contrário, a hegemonia mundial, foi e sempre será, “uma posição de poder disputada e transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma eleição democrática”.

Portanto, a posição hegemônica, é definida pelo autor como:

uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, e nesse sentido é ao mesmo tempo um "ponto" na curva ascendente desse Estado rumo ao império mundial. É um típico ponto de passagem, um momento de negociação ou um movimento tático imposto pela estratégia ascensional dos candidatos ao império global. Mas foi quando ocuparam essa posição transitória que os países hegemônicos puderam exercer as funções de um governo global, mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento econômico e político dos demais membros do sistema. (FIORI 2005)

Assim, como um ponto de constante conflito, a hegemonia mundial passa a ditar as ações que vem a ser tomadas pelo hegemon, no sentido da busca incessante pela conquista da hegemonia.

A hegemonia mundial não interrompe o expansionismo, nem apazigua o hegemon, pelo contrário, é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido ela é autodestrutiva, porque o próprio hegemon quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global. Por isso, o hegemon se transforma num destabilizador da sua própria hegemonia. (FIORI, 2004b, p.90,91)

Mas no sistema mundial atual a única possibilidade de existência de uma jurisdição política unificada seria para Fiori sob a égide de um império global, que é, o oposto de um sistema internacional.

Assim, desde o processo de independência dos Estados Unidos, houve uma contínua expansão de seu poder até chegar ao topo do sistema mundial e levá-lo mais próximo do que nunca à formação de um “império mundial”. (FIORI, 2004b, p.68)

Por fim, o poder global dos Estados Unidos parece garantido num futuro próximo, Fiori (2004a, p.14) afirma que “nada parece ameaçar imediatamente o poder global dos Estados Unidos que, por sua vez, vem dando demonstrações claras e sucessivas de que pretendem manter e expandir este poder sem fazer maiores concessões às demandas

‘multilateralistas’ das demais potências”, fazendo com que os EUA transformem-se em um império global, o “novo império norte-americano”.

Na busca de trazer mais uma opinião acerca do assunto, serão expostos os conceitos de Tavares acerca do tema da hegemonia. A autora também concorda que a ruptura do padrão dólar fixo, a derrota do Vietnã e as crises do petróleo, balançaram os pilares do poder americano, mas não os arruinaram.

Tavares admite também a possibilidade única que tiveram EUA e Inglaterra de manter o centro político do sistema capitalista mundial e ainda expandir o seu capital sem limites territoriais a todos os continentes. A Inglaterra, do séc. XIX até a guerra de 1914 e os EUA, depois da II Guerra Mundial. Para ela ambos partiram de economias e de Estados Nacionais poderosos, que não apenas derrotaram os seus adversários, mas lograram do poder político-militar juntamente com o poder do capital financeiro, que sustentou uma “hegemonia global antes inexistente”. (TAVARES 2004)

Essas economias tinham como instrumento principal de seu poder mundial, além das armas, a emissão de moeda internacional dominante que lhes permitiu financiar tanto a dívida pública interna, quanto a expansão para fora.

As potências hegemônicas sempre puderam “resolver” os seus problemas do balanço de pagamentos pelos circuitos do capital financeiro internacional, embora esse movimento provocasse periodicamente especulações desenfreadas e crises nas duas principais praças financeiras do mundo, a City de Londres e Wall Street. (TAVARES 2004)

No caso dos Estados Unidos, os dois “mercados flexíveis”, o dólar e o petróleo, fizeram com que esse país deixasse de arcar internamente com o ônus da desregulação, que para a autora, caracterizou o período da transição 1973/85, e passaram a uma economia de comando na qual

a política norte-americana faz unilateralmente as intervenções preventivas ou corretivas, segundo a conjuntura. Sem regras gerais auto-aplicáveis e sem consideração pelas regras dos organismos internacionais que eles mesmos ajudaram a criar, o intervencionismo preventivo norte-americano expandiu como nunca o seu poder global. (TAVARES 2004)

Os novos mecanismos de taxas de câmbio flexíveis, a política do dólar forte, os déficits fiscal e de pagamentos, abriram as portas a uma sistemática especulação com moedas, recolocaram a moeda americana no centro do sistema financeiro, mas também

instalaram o que Tavares chamou de “equilíbrio do terror”. Equilíbrio este que provoca a submissão dos demais países à diplomacia do dólar, que realizam ajustamentos progressivos de suas políticas econômicas, como uma necessidade da estabilidade global do sistema. Assim, as políticas de ajuste foram sendo generalizadas, esterilizando o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e mantendo o dólar e os EUA como determinantes das regras do jogo,

a opinião consensual dos especialistas em economia internacional, prenunciando o surgimento de uma nova ordem policêntrica na esteira do suposto declínio dos EUA, não se verificou. A diplomacia do dólar, bem ao contrário do que então se supunha, tem sido em todos os seus movimentos, o corolário de um esforço estratégico bem sucedido para restaurar a posição dominante dos EUA, em termos econômico-financeiros e tentar impor uma "Ordem Unipolar" à Economia Internacional. (TAVARES 2004)

Os movimentos de desregulação e financeirização que ocorreram na economia internacional não foram, para Tavares (1998), o fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado, fazendo parte, pelo contrário, de um “esforço estratégico bem-sucedido de restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em cheque durante os anos setenta”.

Para a autora, esta nova etapa de internacionalização capitalista, se concentra no campo financeiro, no qual se desfizeram as fronteiras entre as moedas e os capitais, permitindo uma verdadeira universalização do capital especulativo e a “entronização definitiva do dólar como moeda contábil e padrão financeiro obrigatório da economia internacional”.

Não obstante, Tavares afirma que o reconhecimento da posição polar ocupada pelos EUA, que hoje detêm a última palavra sobre a utilização das armas e do dinheiro, e que para ela, “são as variáveis centrais de exercício do poder no plano internacional”, generalizou-se, muitos críticos já detêm essa opinião, e não está mais restrito a alguns poucos autores inconformistas.

Outrossim, a autora ainda faz uma espécie de metáfora entre anatomia e economia, ressaltando os lugares ocupados por cada país no que ela chamou de nova anatomia da globalização.

O cérebro é o poder de contenção e controle geopolítico da superpotência hegemônica, o coração é a sua gigantesca economia continental e o pulmão por onde a globalização americana respira e se expande é a China [...], a velha Europa, mantém-se em crescimento lento e aparece hoje como um enorme

estômago às voltas com a digestão dos problemas acumulados desde a paz de 1919 na sua “fronteira oriental”. (TAVARES 2004)

Após a reafirmação da hegemonia norte-americana e o aumento desmedido do poder global dos EUA nas últimas décadas, a noção de “Ordem Internacional” torna-se incompatível, por sua inerente instabilidade estrutural. Para Tavares (2004), a nova dinâmica não admite um padrão estável, nem coincide espacialmente com a expansão do poder militar. Esta é movida por outra lógica que não aceita qualquer movimento de “equilíbrio” ou coordenação dos demais poderes nacionais.

As tendências e os limites da expansão do capital e dos impérios modernos não são da mesma natureza, segundo Tavares. Ela acredita que a expansão do capital tem sua expressão mais geral na vocação compulsiva para a acumulação sem limites e que essa se processa, porém sob a forma de crescimento contínuo. A incorporação de novos mercados, consumidores, trabalhadores e a própria concorrência, são forças propulsoras iminentes da expansão do capital. Suas contradições internas podem levar, e muitas vezes levam, concretamente a recessões e crises que podem dar lugar a deslocamentos econômicos, sociais e políticos, mas raramente produzem por si só “crises sistêmicas”.

No entanto, a expansão do poder dos países com vocação imperial quase sempre se expressa em guerras mundiais com poderosos efeitos de ruptura sistêmica. Para ela,

a acumulação de poder das grandes potências pode ser igualmente compulsiva, mas a rivalidade imperialista não se processa da mesma forma que a concorrência capitalista. Os limites à expansão imperialista e à concentração de poder são sempre “externos” já que nenhuma potência capitalista foi derrubada ou barrada sem que outra a detivesse pelo poder das armas, em geral em aliança com outras potências rivais (TAVARES 2004).

Essas relações não podem ser deduzidas do movimento do capital que tenderia a um capitalismo global unificado e centralizado, nem de uma teoria geopolítica que tenderia a um “Império Único”. A concorrência e a rivalidade entre os países dão ao sistema uma dinâmica contraditória incompatível com a noção de “equilíbrio de mercado” ou “equilíbrio de poder”.

Torna-se evidente também que não existe um padrão monetário internacional estável, alguns autores fizeram da ruptura do chamado “sistema de Bretton Woods” e as periódicas desvalorizações do dólar, uma associação à decadência da hegemonia americana ou à crise definitiva da “ordem capitalista”.

O fato é que mais uma vez o mundo está num momento de descompasso e que para Tavares, “não estão à vista nem o “fim do Império americano”, nem o surgimento de um novo *hegemon*”, Apenas pode-se dizer que a hierarquia dos Estados Unidos mudou e seu raio de manobra para fazer a guerra e políticas financeiras autônomas ficaram mais limitadas, o que ocorre em períodos de intensa globalização financeira e concentração de poder político.

Com a intenção de trazer uma nova forma de ver o assunto, ainda que com uma opinião não muito distinta das já apresentadas, Emir Sader traz um conceito da hegemonia americana e de contra-hegemonia. Para Sader (2005), hegemonia “não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente”.

Com esse raciocínio o autor trata da questão da hegemonia norte-americana “como inserida no marco global das correlações de força, porque a força relativa de cada ator decorre da correlação de forças, isto é, da relação entre as forças em presença”. (SADER 2005)

Na busca dessa correlação das forças salienta que a superioridade norte-americana tem que ser medida ou comparada, levando-se em consideração o fato de que aquela que era maior concorrente que existia, a URSS, desapareceu. Para Sader (2005) depois que o mundo passa a ser um mundo unipolar, em que para ele “apenas uma superpotência apresenta capacidade hegemônica, os termos da relação de forças, sua dinâmica, se alteram”.

Assim como parte-se do princípio que a relação de forças é uma “correlação de forças”, o critério torna-se comparativo com as outras potências, que para ele, foram “todas elas com desempenho muito inferior ao que tiveram naquele período os EUA”. E acrescenta ainda que “a força da hegemonia norte-americana tem, na debilidade das outras forças, um de seus elementos favoráveis”. Partindo-se deste “paradoxo da força e da debilidade” do poderio norte-americano e pela exibição de sua superioridade, Emir Sader alega que “grande parte das análises críticas tendem a ressaltar – até como forma de denúncia – os elementos de fragilidade embutidos nessa força”.

Torna-se necessário então, uma pequena reflexão sobre os aspectos abordados pelo autor de algumas transformações ocorridas na economia, as “debilidades”, as quais ele

também admite. Os EUA tornaram-se uma economia primordialmente de serviços, passaram por uma recessão profunda e prolongada, depois da expansão dos anos 1990, pela bolha especulativa que explodiu, depois da “exuberância irracional” em que tinha se assentado. Não obstante, verifica-se que o consumo diminuiu, inviabilizando uma recuperação minimamente sólida. Além disso, Sader ressalta que “a desregulação econômica comandada pelos Estados Unidos [...] levou à hegemonia do capital financeiro na economia mundial na sua modalidade especulativa, o que gera instabilidade até mesmo dentro dos Estados Unidos”. No campo social Sader concorda com a opinião de que seja dentre aos países centrais o mais desigual, podendo com isso inclusive gerar explosões sociais. No campo político estão cada vez mais isolados.

Todos esses fatos contraditórios trazem a idéia de fragilidade na capacidade hegemônica dos Estados Unidos. Neste ponto Sader (2005) observa:

Anuncia-se, com base nisso, o fim da hegemonia norte-americana no mundo. Quem faz isso se esquece que a hegemonia é uma relação, ela se exerce sobre os outros e, portanto, sua força ou sua fraqueza depende sempre da força e da fraqueza dos outros sobre os quais se exerce a hegemonia.

Assim Sader afirma que, os Estados Unidos são mais “débeis” do que foram há algumas décadas, se considerado em isolado. No entanto, a comparação, para Sader, “do ponto de vista da capacidade hegemônica, não é entre os Estados Unidos em dois momentos diferentes, mas entre os Estados Unidos e as outras forças mundiais”.

Para ele com a mudança acarretada pelo desaparecimento de um possível líder oposto, a URSS, e com o poder mundial unipolarizado, os outros países, sejam europeus ou asiáticos, “não capitalizam o debilitamento norte-americano [...] e não se pode dizer que sejam pólos de uma alternativa hegemônica ao predomínio dos Estados Unidos” (SADER, 2005).

Assim, para Sader a posição dos EUA agora é muito mais favorável do que a que tinha antes da queda do Muro de Berlim salientando que:

O seu principal adversário, aquele que funcionava como líder do bloco que se opunha ao bloco capitalista, desapareceu, junto com tudo o que era o “campo socialista” na Europa ocidental. Só isso já representa uma mudança estrutural altamente favorável aos Estados Unidos (SADER 2005).

Mesmo que, conseqüentemente os EUA estão politicamente sem aliados, como está ocorrendo depois da guerra contra o Iraque, os Estados Unidos ainda continuam a ser para Sader “a única liderança mundial, a única com capacidade constante de iniciativa, de

organizar alianças, de ser cabeça do bloco de potências centrais do capitalismo”. Assim, a maior força da hegemonia norte-americana vem da debilidade das forças contra-hegemônicas.

Emir Sader faz uma crítica a alguns autores como Samir Amin, Wallerstein, André Gunder Frank, Arrighi no que diz respeito ao tema da hegemonia e da contra-hegemonia. Para Sader (2005), as análises tendem a se concentrar no plano econômico, “como se a hegemonia se limitasse a isso ou se tivesse nesse plano seu fator determinante”, não que esse fator não seja importante ou que não seja um dos determinantes, a hegemonia até tem sua base material no plano econômico.

Outrossim, para Sader essas análises ainda têm a tendência unilateral de destacar por demais os elementos de “debilidade” da economia norte-americana, embora ele concorde com esses elementos, não existe uma inclusão dos elementos de força dessa economia. Nota-se, por exemplo, que muitas vezes é ressaltada a questão do déficit comercial dos EUA, sem se falar, no entanto na enorme capacidade de consumo desse mercado que tantas outras economias lutam para adentrar. Esse mercado é capaz de gerar certa dependência de países como a China, o Japão ou a própria Europa, a ponto de que quando esse mercado diminui seu consumo, ou até entra em recessão, todos esses países sofrem os reflexos e ainda torcem por sua recuperação.

Porém se a hegemonia tem bases materiais econômicas, para Sader (2005):

é um fenômeno muito mais extenso do que o predomínio econômico. Uma das características fundamentais do século XX – e que diferencia a hegemonia britânica da norte-americana – é a ampliação dos níveis da hegemonia, fortalecendo seus elementos de consenso em relação aos de dominação. O *American way of life* foi a grande mercadoria vendida por Hollywood, projetando para o mundo os valores norte-americanos –morais, estéticos, entre outros. Vendeu um imenso mundo de mercadorias mediante seu enorme aparato de propaganda midiática, atrás do qual se inserem as grandes corporações e suas marcas. Desde o fim da URSS, e conforme a norte-americanização foi penetrando na Europa ocidental, no Japão e mais recentemente na China, esse plano passou a ser o de mais eficácia na hegemonia dos Estados Unidos no mundo, sem encontrar outras formas de vida – salvo as do fundamentalismo islâmico, adversário frágil neste plano – para concorrer com as suas.

Com isso, mesmo que seja posto a prova à questão da legitimidade da hegemonia, ou até mesmo a forma com que ela ocorra, para Sader os EUA detém poder em todos os aspectos relativos à hegemonia.

Ainda que questionado em várias de suas dimensões, o poder imperial norte-americano faz descansar sua superioridade, em parte, exatamente no fato de ser a

única potência com poder global, com interesses em todas as partes do mundo, em revelar poder em todos os níveis que contam para a hegemonia – economia, tecnologia, política, cultura, mídia, etcetera (SADER 2005).

Por fim a questão da hegemonia é ressaltada de uma forma mais ampla do que exclusivamente baseada na esfera econômica, fundamentada em poder consentido ou coerção política e econômica.

Reduzir a predominância norte-americana à coerção, é uma visão economicista, que desconhece os outros fatores que compõem a hegemonia, com a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os norte-americanos conseguiram produzir e multiplicar (SADER 2005).

Na conclusão de suas perspectivas, portanto não há um poder contra-hegemônico que possa brevemente ser diferente do norte-americano. Seja ele um outro país, ou até um movimento social ou de libertação.

Assim, o surgimento de um pólo contra-hegemônico alternativo ao norte-americano não está por enquanto no horizonte histórico. A Europa ocidental revela governos aderidos à liderança dos Estados Unidos e outros, cujos graus de diferença – e de força própria – estão longe de configurar uma direção própria. A China vê cada vez mais dependente dos Estados Unidos – de seus mercados, de seus investimentos e da sua tecnologia – a possibilidade de seguir expandindo sua economia, como elemento de força de sua projeção como grande potência no novo século. O Japão e os outros países do sudeste asiático também dependem do mercado norte-americano para seguir alimentando suas exportações, assim como das bolsas norte-americanas como lugar de investimento financeiro (SADER 2005).

Em suma, para Emir Sader ainda não existe em vista qualquer tipo de poder contra-hegemônico que seja capaz de alcançar e ameaçar os EUA. Os movimentos sociais não têm força política suficiente, o fundamentalismo islâmico não tem alcance satisfatório e as outras economias são de certa forma dependentes do poder norte-americano.

3. TESE DO DECLÍNIO.

Da mesma maneira que foram utilizadas na tese da hegemonia as concepções de alguns autores acerca do tema, no intuito de fazer uma explanação da tese do declínio, será feita uma análise dos argumentos de alguns autores acerca do tema, com foco nas idéias de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

Como ponto de partida para expor as idéias sobre a tese do declínio, serão apresentadas as idéias de Wallerstein sobre a questão, o autor foi um dos primeiros a falar em declínio americano.

Para Wallerstein (2004), no primeiro período que compreende 1945 até 1967/1973 os Estados Unidos realmente eram uma inquestionável potência hegemônica no sistema-mundo, que conseguia combinar superioridade econômica, militar, política e cultural sobre todas as outras potências. A superioridade econômica combinava com uma superioridade militar, que tornou Nova York a central da cultura mundial e em todo lugar a cultura popular foi “americanizada”. Os Estados Unidos estavam nesse período em condições de impor seus desejos ao resto do mundo “quase o tempo todo e quase de todas as maneiras”: era hegemônico.

O período 1967-1973 foi o momento em que se esgotaram os anos de expansão e iniciou-se o declínio da economia-mundo. Fato agravado com a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, o que para o autor “transformou a cena geopolítica mundial e marcou o começo do lento declínio da hegemonia norte-americana”. Por conseqüência, os EUA não poderiam, a partir desse momento, fazer o que quisessem, quase quando quisessem, começando a perder a hegemonia.

O sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica no período do pós-guerra criou condições para que sua própria hegemonia fosse minada. Esse processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989, e os ataques terroristas de setembro de 2001. (WALLERSTEIN, 2004, p 25)

Na concepção de Wallerstein (2004 p. 59), por volta de 1970 a economia-mundo encontrava-se estagnada, assistia-se a uma escalada interminável da atividade especulativa, houve grandes deslocamentos da produção para outras partes do sistema-mundo. Também foi possível observar um aumento do desemprego por todo lado, na maior parte dos países do Sul, mas também nos países do Norte.

Somado a esse período outro fator agravante foi o fim da URSS, onde para o autor os EUA não foram os responsáveis pela queda da União Soviética, ela teria caído por problemas da desilusão popular, da liberalização interna, entre outros. Para Wallerstein o colapso do comunismo criou sérias dificuldades para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos ficaram aturdidos e perplexos com o súbito colapso, incertos sobre como lidar com as conseqüências. O colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo. (WALLERSTEIN, 2004, p. 29)

Esses fatores fazem com que Wallerstein afirme que desde os anos 70 o poder americano esteja em declínio, que a partir desse momento os EUA tentam fazer com que o mundo acredite que ainda são hegemônicos, mas para o autor “quando se é verdadeiramente hegemônico, não é preciso fazer esse tipo de instância”.

Outrossim, o autor afirma que a hegemonia tem suas regras culturais e também suas vulnerabilidades e que os Estados Unidos precisam:

Aprender a conviver com a nova realidade, da qual não temos mais o poder de decidir unilateralmente o que é bom para todos. Talvez não estejamos sequer nessa posição. Precisamos entrar em acordo com o resto do mundo. Mas não é com Osama bin Laden que vamos estabelecer um diálogo. Precisamos começar com nossos amigos e aliados mais próximos - com o Canadá e o México, com a Europa, com o Japão. Somente depois de havermos aprendido a ouvir o que têm a dizer e a perceber que também eles têm ideais e interesses, que eles também têm idéias e esperanças e aspirações, é que talvez estaremos prontos para dialogar com as demais nações, ou seja, com a maior parte do mundo. (WALLERSTEIN 2002)

Uma dessas regras culturais seria a de que denegrir os outros é indispensável para manter a autoconfiança interna que torna possível o exercício eficaz do poder em escala mundial. Neste sentido, Wallerstein (2002) afirma que os EUA perderam a percepção do mundo pelo sucesso que obtiveram.

Nada ofusca a percepção mais do que o sucesso. E os Estados Unidos tiveram uma farta dose de sucessos nos últimos 200 anos. O sucesso tem uma conseqüência nefasta: é quase inevitável que gere a convicção de que irá necessariamente se perpetuar. O sucesso é um péssimo norteador para diretrizes prudentes. O fracasso costuma pelo menos levar à reflexão; com o sucesso, isso raramente acontece.

Quando havia hegemonia norte-americana, há cerca de 50 anos, esta se baseava numa combinação de eficiência produtiva, bastante superior a qualquer outro país, um programa político aceito pelos aliados na Europa e na Ásia, e superioridade militar. Para Wallerstein (2004), hoje, a eficiência produtiva das empresas norte-americanas enfrenta vigorosa concorrência das empresas de outros países, sobretudo dos aliados mais próximos. Como conseqüência, a política mundial dos Estados Unidos já não conta com o mesmo apoio enfático. Pelo contrário, costuma agora ser contestado até pelos aliados, ainda mais depois do desaparecimento da União Soviética. O que ainda restou, para o autor, é a superioridade militar.

Neste corolário de forças faz-se agora uma exposição do que Wallerstein pensa a despeito da política externa norte-americana, conforme aplicada nos últimos anos. Para o autor os Estados Unidos sempre mostraram preocupação com a ameaça de governos que consideram hostis ou, no mínimo, antagônicos aos seus interesses. O autor não condena essa preocupação, pois para ele o mesmo acontece na política externa de qualquer Estado do sistema mundial moderno. A questão é como os Estados Unidos pensavam que poderiam lidar com tais ameaças.

Nas décadas de 1950 e 1960, os Estados Unidos eram tão fortes que, com uma certa facilidade e com um uso mínimo de força, conseguiam neutralizar governos que não agiam de acordo com seus interesses, ou ainda derrubar governos mais fracos apoiando dissimuladamente forças internas de oposição. Na guerra contra o Vietnã demonstraram a primeira fraqueza, “não foi simplesmente uma derrota militar [...] foi um forte golpe na capacidade de os Estados Unidos continuarem a ser a potência econômica dominante no mundo (WALLERSTEIN, 2004, p.26)”. Wallerstein (2002b) caracteriza que a agressividade da política externa norte-americana, ao invés de refletir a fortaleza dos Estados Unidos, revelaria, ao contrário, sua debilidade.

As recentes, Guerra do Iraque e represália aos atentados terroristas de 11 de setembro, tentaram provar ao mundo que os Estados Unidos ainda eram a maior potência militar. Contudo, Wallerstein afirma que esta retaliação realçou também a sua fraqueza econômica, pois sua força de guerra foi financiada por outros países, a “vantagem dos Estados Unidos na esfera militar traduz-se numa desvantagem a longo prazo na esfera

econômica, pois desvia capital e inovação dos empreendimentos produtivos” (WALLERSTEIN 2004, p.312).

Consequentemente pode-se caracterizar esse período como o de uma política externa unilateral e agressiva dos Estados Unidos, que deve ter um distanciamento que o autor considera inevitável da Europa em relação aos Estados Unidos e uma união cada vez mais estreita entre o Japão, a China e a Coreia do Sul. Uma possível proliferação de armas nucleares no Sul. Enfim, segundo o autor, há uma previsão de perda moral definitiva dos Estados Unidos sobre o mundo.

Os Estados Unidos têm uma política bastante simples e clara, a de negar a todos o acesso a essas armas nucleares. Não obstante, ao mesmo tempo em que os EUA tentam fazer valer os acordos internacionais que limitam a proliferação, não sujeitam-se a tais acordos. Segundo Wallerstein, os norte-americanos deixaram bem claro que abandonarão qualquer tipo de restrição sempre que julgarem necessário, embora condenem qualquer outro governo que tente fazer o mesmo. Eles acreditam que saberão usar essas armas com sabedoria e em defesa da liberdade, mas pressupõem que todos os outros países poderiam usá-las contra a liberdade.

Foi e ainda é assim que Bush conduz seu governo nos Estados Unidos, a abertura de um período que Wallerstein caracteriza como de “anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” e que se estenderia segundo sua previsão, até 2025/2050.

Para o autor um dos grandes problemas é que os Estados Unidos sejam o país que mais tem benefícios com a miséria e injustiça mundial. Sendo este o problema fundamental dos Estados Unidos, como nação posicionada entre outras.

O autor apóia a tese de que queiram ou não todas as hegemonias entram em um processo de declínio. Pois, para tentar manter sua hegemonia deverão aumentar a concentração em investimentos militares, o que acaba com sua competitividade econômica, com a legitimidade política e a liderança ideológica. “Os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão seu declínio” (WALLERSTEIN 2004, p.314).

De acordo com Wallerstein “na história do mundo, o poder militar nunca foi suficiente para manter a supremacia” (2004, p.314). No cenário atual não existe legitimidade, para ele, pelo menos uma legitimidade reconhecida por parte significativa do

mundo é essencial para manter uma supremacia. Para Wallerstein (2004, p.25), os Estados Unidos são “uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar”.

Segundo Wallerstein (2004 p. 36), a hegemonia norte-americana ainda não chegou ao fim, mas segue em declínio e a grande indagação é de como será essa queda:

a verdadeira questão não é se a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio como força nas questões decisivas mundiais, mas sim se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios. (WALLERSTEIN 2004 p. 36)

Por fim, Wallerstein (2004 p 21) afirma que os Estados Unidos “tem se enfraquecido como potência global desde a década de 1970” e que os ataques terroristas, a guerra contra o Iraque e o governo Bush limitam-se apenas a acelerar ainda mais o processo de declínio.

Para trazer uma outra visão no que diz respeito à questão da hegemonia, será introduzida a opinião de Giovanni Arrighi acerca do assunto. O autor não corrobora diretamente das idéias de Wallerstein, tem uma opinião um pouco diferente, sobretudo com relação à forma com que um estado pode se tornar ou manter hegemônico.

Como ponto de partida tem-se o conceito de hegemonia mundial segundo a perspectiva de Arrighi, que refere-se:

especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. (ARRIGHI 1996 p. 27)

O autor acrescenta ainda que esse “poder é algo maior e diferente da dominação pura e simples”. Está associado à dominação, acrescido do exercício da “liderança intelectual e moral”. A dominação é concebida como sendo primordialmente fundamentada na coerção, já a hegemonia será entendida como “poder adicional que é conquistado por um

grupo dominante, em função de sua capacidade de colocar num plano universal todas as questões que geram conflito” (ARRIGHI, 1997, p.27,28).

Assim sendo o que se deve ater agora é a questão do poder dos Estados e o aumento desse poder perante os outros Estados, na busca de uma possível hegemonia.

o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de nações à custa de outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, “regional” ou de “coalizão”, e não uma verdadeira hegemonia mundial [...] Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI, 1997, p.29,30)

Ele acredita que seja muito provável que as afirmações desse tipo sejam verdadeiras e confiáveis em condições de “caos sistêmico”. Para o autor todas as ordens mundiais nasceram de um caos sistêmico. Os grupos dominantes necessitam de um caos para terem a oportunidade da hegemonia

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os organismos, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1996, p.30).

Assim os Estados hegemônicos foram aqueles que souberam aproveitar essas oportunidades, reconstruindo o sistema mundial de certa forma com uma cooperação interestatal. Para Arrighi as hegemonias não “ascenderam” ou “declinaram” dentro de um sistema mundial independente, ao contrário o sistema mundial “se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos” (ARRIGHI, 1996 p.30, 31).

Foi neste cenário do pós-guerra que os EUA ascendem ao domínio mundial, havia uma grande desorganização, um “caos” instalado no mundo, havia uma necessidade, uma demanda generalizada de ordem.

Os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, segundo Arrighi (1996, p 65), porque mais uma vez tiveram a capacidade de reformular o sistema interestatal baseado “numa

percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais do Estado hegemônico incorporavam um interesse geral”.

Essa nova ordem mundial refletiu a concentração de poder mundial sem precedentes transformando os EUA em uma superpotência, que conseguiu uma expansão fantástica nas décadas de 1950/60. Contudo entre 1968 e 1973 com a crise do Bretton Woods, o insucesso no Vietnã inicia-se um período de crise da hegemonia mundial norte-americana.

Sob o ponto de vista de Arrighi (1996), a expansão financeira anunciada na década de 1970 não é o último e mais avançado estágio do capitalismo mundial, mas “um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna” e também um dos fatores que comprovam a crise da hegemonia norte americana.

Segundo Arrighi os Estados Unidos ainda são dominantes, econômica, militar e politicamente. Contudo é uma dominação sem hegemonia, no sentido de que hegemonia não é apenas dominação pura, mas também a capacidade de fazer os outros acreditarem que se age no interesse geral.

Não obstante, o autor ainda relata que nos anos de 1970, houve um sinal de que a hegemonia americana estava com problemas, uma “crise sinalizadora”. Aí veio a contra-revolução neoliberal dos anos 1980, os EUA reemergiram numa espécie de *Belle Époque*. O que vive-se agora, para ele, é uma “crise terminal”, ressaltada pelo desastre iraquiano.

Arrighi afirma que isso pode resultar em caos, mas que ao mesmo tempo pode criar uma situação de maior equilíbrio de status e poder entre os países, sobretudo com a ascensão da China. O caos é um dos resultados possíveis. Os EUA passaram de um Estado hegemônico que criava ordem, para uma força do caos e da desordem, sendo cada vez mais e mais percebidos por outros Estados como um agente de caos.

As crises hegemônicas têm como premissas três processos distintos, contudo estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada dos conflitos sociais; e o surgimento de novas configurações de poder.

Desta forma outro ponto a ser destacado seria a importância histórico-mundial da ascensão da Ásia Oriental como “o novo epicentro da economia global”. A China atualmente aparece como a maior beneficiária das guerras dos EUA contra o terrorismo e contra o Iraque.

Assim, Arrighi defende a tese de uma transição para uma hegemonia com sede no sudeste asiático, apoiado na análise da evolução econômica, tanto dos Estados Unidos quanto dessa região. Reafirmando o vigor do crescimento das economias dessa região:

Tomando a região e o período como um todo, a expansão do sudeste asiático desde 1960 aparece como uma virada global de poderio econômico com poucos precedentes na história mundial. Nenhuma virada dessas proporções pode ocorrer sem pausas e retrocessos temporários, como aquela vivida pela recessão com centro nos Estados Unidos na Grande Depressão de 1930 (SADER 2003, apud ARRIGHI).

Por fim, Arrighi (1997, p. 344) conclui que ainda não se tem uma troca no alto comando da economia mundial capitalista, no entanto, “a substituição de uma região “antiga” (a América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contraposição das idéias sobre o tema, ou também na aceitação delas, o poder e o peso da economia norte americana na conjuntura econômica mundial atual revela-se de fato como de fundamental importância por todos os autores. Seguindo por esse raciocínio, é esse poder que aqui foi colocado em questão para ser analisado.

Debater as diferentes formas de se pensar o assunto foi um dos propósitos deste trabalho. Nesta finalidade foi apresentada uma revisão bibliográfica e a opinião de alguns autores – escolhidos de acordo com afinidade de opiniões e expressivo valor histórico e científico, sobre o tema proposto, procurando dividi-los em duas grandes teses.

Ao final deste estudo retomando a pergunta de um dos objetivos, o de tomar uma posição acerca do tema, não demonstrou ser uma tarefa de fácil conclusão. Contudo, de acordo com o que foi exposto, acrescido de mais alguns fatores que ainda serão explicados e contrariando uma maior tendência atual, chegou-se ao melhor entendimento favorável a permanência dos Estados Unidos como poder central da economia, como país, por definição - hegemônico.

Assim sendo, coloca-se aqui uma questão que demonstrou-se ao longo do estudo de grande relevância, o fato de a hegemonia ser vista muitas vezes apenas como um fator econômico – fator este de suma importância, mas muitas vezes se esquece dos outros fatores – políticos, geográficos, sociais, tecnológicos, militares, culturais, entre outros. Neste aspecto muitos autores que foram expostos mostraram-se excessivamente econômicos, ao considerar o fim ou o declínio dos Estados Unidos. Fato que ocorre muitas vezes em pesquisas e estudos de universidades e academias como um todo, sobretudo na área econômica.

Mesmo quando feitas as análises mais econômicas, essas enaltecem as fraquezas e debilidades dos Estados Unidos, sem dar conta dos elementos de força da economia norte-americana, sobretudo quando comparadas a outras forças.

Sob o aspecto cultural o *American way of life*, hoje é o modo de se viver em muitos países, desde os hábitos alimentícios ao exacerbado consumismo que instalou-se até mesmo na periferia do sistema capitalista.

Entrando, na questão geográfica e em outras também os Estados Unidos aparecem como campeões no número de empresas multinacionais (EMNs) que estão entre as 500 maiores do mundo - 227 são americanas. Os EUA detêm 8 das 10 maiores empresas de comércio e de tecnologia da informação, 11 das 14 de comunicação de massa e entretenimento, 9 das 11 do setor militar e 6 das 10 dos bancos do mundo. (PETRAS 2007, p. 12 à 16)

O que demonstra a abrangência não só geográfica do poder norte americano, mas também econômico, militar, tecnológico e cultural, haja vista os setores da economia expostos. A transferência de empresas norte-americanas para produzir em outras regiões do mundo amplia a capacidade de influência econômica dos Estados Unidos pelo mundo afora (México, Índia, China, Taiwan) pela exploração de mão-de-obra barata na periferia do sistema.

Outro fator determinante, senão o grande responsável atual por esta questão ainda ser colocada, é o militar. Setor no qual é inquestionável a supremacia norte americana. Os gastos militares do mundo inteiro equivalem-se aos gastos dos EUA em isolado. Para enumerar esses gastos, a tabela abaixo, retirada do artigo de Mauricio Santoro, aponta o total de gastos militares, acrescido da representatividade deste no PIB de cada país.

Tabela 1
Gastos Militares das Grandes Potências, 1992-2001
(em US\$ bilhões e percentuais do PIB)

Pais/Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
EUA	374,4 (4,8)	354,8 (4,5)	334,5 (4,1)	315,1 (3,8)	298 (3,5)	296,5 (3,3)	289,7 (3,1)	290,5 (3,0)	301,7 (3,1)	304,1 (3,1)
Rússia	18,5 (5,5)	16,4 (5,3)	15,8 (5,9)	10 (4,1)	9,1 (3,8)	9,7 (4,2)	7,1 (3,1)	8,3 (3,5)	9,3 (3,6)	10,2 (3,6)
Japão	43,3 (0,9)	43,8 (0,9)	44 (1,0)	44,4 (0,9)	45,3 (0,9)	45,5 (0,9)	45,4 (1,0)	45,5 (1,0)	45,8 (1,0)	46,3 (1,0)
China	15,3 (2,7)	14,2 (2,1)	13,5 (1,9)	13,9 (1,8)	15,3 (1,8)	15,5 (1,7)	17,8 (1,9)	20,7 (2,1)	23 (2,1)	26,3 (2,3)
Alemanha	36 (2,1)	32,4 (1,9)	30,2 (1,7)	29,7 (1,7)	29,1 (1,6)	28 (1,6)	28,2 (1,5)	28,7 (1,6)	28,1 (1,5)	27,6 (1,5)
França	37,7 (3,4)	37,2 (3,3)	37,4 (3,3)	35,6 (3,1)	34,7 (3,0)	34,9 (2,9)	34 (2,8)	34,2 (2,7)	33,8 (2,6)	33,7 (2,5)
Reino Unido	42,6 (3,8)	41,6 (3,5)	40,3 (3,3)	37,1 (3,0)	37,7 (2,9)	35,4 (2,7)	35,6 (2,6)	35,1 (2,5)	36,4 (2,5)	36 (2,5)

Fonte: *Stockholm International Peace Research Institute* <<http://www.sipri.se>>.

Segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz (SIPRI), situado em Estocolmo, o gasto militar em 2006 cresceu 37% com respeito a 1997 e cresceu em cerca de 3, 5 % em relação a 2005, superando a marca de US\$ 1,2 trilhão. Quase metade desse investimento (45%) foi realizado pelos norte americanos. As despesas militares dos EUA hoje já ultrapassam a casa dos 500 bilhões de dólares, com uma previsão para 2007/2008 de ultrapassar a casa de 620 bilhões de dólares.

Com o maior PIB do mundo, de cerca de 12 trilhões, 5 % da população, 30 % da economia e mais de 60 % de todas as despesas militares do mundo, não pode deixar de enaltecer as virtudes que esse país ainda demonstra, mesmo apresentando um período de algumas dificuldades, não há concorrentes à altura desses números.

Os Estados Unidos ainda detêm boa parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento, conferindo ao país uma vantagem tecnológica, o que garante um fluxo de entradas no país geradas pelo uso dessa tecnologia. Consequentemente boa parte do mundo tem dependido dos EUA no tocante a inovações tecnológicas.

Não obstante, destaca-se aqui a opinião de David Harvey que corrobora com essa força tecnológica e ainda acrescenta que “a força relativa das economias asiáticas não depende de sua capacidade de inovar [...] essas economias se especializaram em pegar inovações norte-americanas e usar seus recursos organizacionais e força de trabalho para empregar os novos sistemas na produção a um custo bem menor e um nível de eficiência bem mais elevado”. (HARVEY, 2004, p. 178)

Ao enfraquecimento da capacidade hegemônica norte-americana corresponde não o fortalecimento de outro pólo, mas um aumento da desordem mundial.

Quando se consegue ser determinante, dominante nas áreas que foram expostas e quando ponderados um leque maior de fatores determinantes da hegemonia chega-se a conclusão de que a hegemonia dos EUA exista, mesmo passando por um momento de conturbado e de dificuldades, esta ainda existe, acreditando, que não esteja em declínio, e tampouco seja substituída por outro país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FIORI, José Luís. (Org). **Estados e moedas no desenvolvimento de algumas nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001a.

FIORI, José Luís. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.L. & MEDEIROS, Carlos (Orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001b.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004a.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004b

FIORI, José Luís. **Sobre o poder global**. São Paulo. Novos Estudos. Novembro 2005.

GILPIN, Robert. **The political economy of the international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987, p. 88. In FIORI, José Luís. Sobre o poder global. Novos Estudos Nº. 73. Novembro 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric; Folha de São Paulo, 30 de Setembro de 2007.

KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression, 1929-39**. Berkeley: University of California Press, 1973, p.304. In FIORI, José Luís. Sobre o poder global. *Novos Estudos* N.º. 73. Novembro 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano - Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006b.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Raio X do Tio Sam** Revista Espaço Acadêmico – N.º. 56 janeiro 2006.

PETRAS, James. A base econômica do poder imperial. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

SADER, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia**. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.

SANTORO, Mauricio. **Do fim da história à guerra preventiva**. In *Em Busca do Inimigo: Os EUA numa Era de Ameaças Difusas*. 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. & FIORI, J.L. (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. **Globalização e Império**. Folha de São Paulo, 29 de Fevereiro de 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **O Poder Americano depois de 1914**. Folha de São Paulo, 23 de Maio de 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **O Poder Americano depois de 1970**. Folha de São Paulo, 20 de Junho de 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. & BELLUZZO, L.G. A mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J.L. (Org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Os Estados Unidos e o mundo: as torres gêmeas como metáfora**. São Paulo: Estudos Avançados. Dezembro 2002.

_____. **Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. **O declínio do poder americano.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Anexos –



Fonte: International Institute for Strategic Studies (IISS), Military Balance 2007.